

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2010**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** CE000015/2010  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 11/01/2010  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR062937/2009  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46310.000012/2010-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 11/01/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MARACANAÚ, MARANGUAPE E PACATUBA-SINCOMMAP, CNPJ n. 10.305.426/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO CARLOS ARRUDA GUERREIRO;

E

FEDERACAO DO COMERCIO DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 07.267.479/0001-76, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). JOSE CID SOUSA ALVES DO NASCIMENTO;

SINDICATO DO COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS DE MARACANAÚ - ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 07.847.147/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL MESSIAS DE LIMA;

SIND DO COM VAREJ DE GENEROS ALIMENT DE MARANGUAPE, CNPJ n. 07.639.545/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CELSO NOGUEIRA SOBRINHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS, TINTAS, LOUÇAS E MADEIRAS, DE DROGAS E MEDICAMENTOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE CARNES FRESCAS, DE FRIOS E LATICÍNIOS (EMBTIDOS) E CONGELADOS, DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHOS, DE CONFECÇÃO MASCULINA, FEMININA E INFANTIL, DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, DE LIVROS, REVISTAS, MATERIAIS DE ESCRITÓRIOS E PAPELARIAS, DE DEPÓSITOS DE BEBIDAS, DE BALAS, BOMBONS, DE BIJUTERIAS, DE FRUTAS E VERDURAS, DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA INDÚSTRIAS E LAVOURAS, DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, DE MATERIAIS ÓPTICOS, FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRÁFICOS, DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS, DE PERFUMARIA E HIGIENE PESSOAL, DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, ACESSÓRIOS E PERIFÉRICOS, DE CALÇADOS, DE LOCADORAS DE FILMES E JOGOS EM DVDS, DE ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS, DE MATERIAL ELETRÔNICO EM ÁUDIO E VÍDEO, DE PNEUMÁTICOS, DE PLANTAS E FLORES ORNAMENTAIS, DE PRODUTOS METALÚRGICOS, DE LOJAS DE DEPARTAMENTOS E MAGAZINES, DE ARTIGOS MÉDICOS ORTOPÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, DE RAÇÃO PARA ANIMAIS, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS E USADOS, DE HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCADINHOS E MERCEARIAS**, com abrangência territorial em Maracanaú/CE, Maranguape/CE e Pacatuba/CE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido, a partir de 1º janeiro de 2010, os pisos salariais dos trabalhadores (as) do comércio varejista e atacadista de Maracanaú, Maranguape e Pacatuba da seguinte forma:

- R\$ **530,00** (quinhentos e trinta reais), para trabalhadores de empresas com até 10 (dez) empregados (as).
- R\$ **560,00** (quinhentos e sessenta reais), para trabalhadores de empresas com mais de 10 (dez) empregados (as).

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos dos Empregados (as) no Comércio de Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, serão reajustados, em 1º de janeiro de 2010, em **7,75 %** (sete vírgula setenta e cinco por cento) sobre o salário de 1º de janeiro de 2009.

**Parágrafo Único** - No reajustamento previsto nesta cláusula serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido, excetuando-se os previstos na Instrução nº 1 do TST, respeitada a irredutibilidade salarial.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - MORA SALARIAL

No caso de não pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento, a empresa pagará 2% (dois por cento) a título de mora diretamente ao seu empregado (a) sob o total da sua remuneração devida sem prejuízo do que dispõe a legislação em vigor.

### CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão mensalmente aos seus empregados (as), contra cheques, envelopes autenticados ou documento similar com timbre ou carimbo, no qual constem discriminadamente todos os valores pagos, bem como os descontos efetuados e os depósitos de FGTS.

## SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

### CLÁUSULA SÉTIMA - AOS COMISSIONISTAS

**Aos comissionistas**, desde que sua remuneração não atinja o valor do PISO, conforme estabelece a cláusula terceira, será concedida complementação que lhes assegure, como GARANTIA MÍNIMA, o PISO SALARIAL, após período do contrato de experiência.

## ISONOMIA SALARIAL

### CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

**Salário Substituição** – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado (a) substituído fará jus ao salário do substituído, conforme enunciado 159 do TST.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

### CLÁUSULA NONA - FUNÇÃO DE CAIXA

**Função de Caixa** - Aos empregados (as) na função de "Operador de Caixa" fica assegurado, a título de quebra de caixa, a quantia mensal e equivalente a 10% (dez por cento) do Piso Salarial estabelecido na cláusula terceira desta CCT.

**Parágrafo único** - A "quebra de caixa" não será devida aos empregados (as) que, por liberalidade dos empregadores não indenizam as eventuais diferenças verificadas, devendo o empregador comunicar sua decisão ao Sindicato Profissional.

## ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

**Horas Extras** - As horas extras serão pagas com adicional de 70% (setenta por cento).

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORA EXTRA DO COMISSIONISTA

**Hora Extra do Comissionista** - Fica assegurado o pagamento de adicional de 70% (setenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor das comissões referentes a essas horas, conforme disposto no Enunciado 56 do TST.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FREQUÊNCIA ÀS REUNIÕES

**Frequência às Reuniões** – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, deverão ser realizadas durante o expediente dos empregados (as), entretanto se ultrapassarem a jornada normal de trabalho, serão remuneradas as horas excedentes como horas extraordinárias, por representarem tempo à disposição da empresa.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIAS DE BALANÇO

**Dias de Balanço** - Quando da necessidade de realização de balanço e/ou inventário físico em feriados, as horas extras serão pagas em dobro, fornecendo ainda lanches ou refeições.

**Parágrafo único** – No caso dos comissionistas, caso os balanços se realizem em domingos ou feriados, os mesmos terão direito a um repouso semanal remunerado a mais por dia efetivamente trabalhado.

## COMISSÕES

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REMUNERAÇÃO DO COMISSIONISTA

**Remuneração do Comissionista** – Fica assegurado que a remuneração do vendedor Comissionista será calculada sobre o valor total das vendas, efetuadas à vista ou à prazo, fazendo jus ainda ao repouso remunerado, calculado sobre o total das vendas no mês.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CÁLCULO DOS DIREITOS DO COMISSIONISTA

**Cálculo dos direitos do Comissionista** – O cálculo de todos os direitos do empregado (a) comissionista, com exceção do parágrafo único, levará em conta a média das 08 (oito) melhores comissões mensais, escolhidas entre os doze meses que antecedem a data do pagamento do benefício.

**Parágrafo único** - No caso dos direitos do comissionista quando do pagamento das verbas rescisórias, o cálculo será feito com base nos 08 (oito) últimos meses que anteceder a data da rescisão, não se aplicando a regra estabelecida no "caput" desta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMISSÕES

**Comissões** - Desde que idênticas as funções exercidas no mesmo setor de vendas, observado o disposto no art. 461 da CLT, fica proibida a fixação de percentuais de comissões diferenciadas. Para setores de vendas diferenciados poderá ser aplicado percentual diferente.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE LANCHES

**Fornecimento de Lanches** – As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente lanche aos empregados (as), quando em regime de trabalho extraordinário, após a 1ª hora trabalhada.

**Parágrafo Primeiro:** O empregador que fornecer alimentação a seus empregados (as), mediante comprovação junto ao sindicato laboral, está desobrigado de fornecer o vale transporte referente ao horário de almoço.

**Parágrafo Segundo:** A alimentação fornecida não possui, seja qual for a forma de sua concessão, natureza salarial.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO AUXÍLIO FUNERAL

**Do Auxílio Funeral** – No caso de falecimento do empregado (a), a empresa pagará a título de auxílio funeral, na rescisão de contrato de trabalho, mediante apresentação da Certidão de Óbito, a quantia equivalente a Um Piso Salarial e meio da Categoria estabelecido na cláusula terceira.

**Parágrafo Primeiro:** Fica assegurado ao trabalhador (a) três dias de licença do trabalho por motivo de luto devidamente comprovado, com grau de parentesco até pai, mãe, esposo, esposa, filho, filha.

**Parágrafo Segundo:** Todo trabalhador (a) terá direito a quatro dias de licença do trabalho por ocasião do casamento civil a contar da data de certidão de casamento.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ANOTAÇÃO NA CTPS DO COMISSIONISTA

**Anotação na CTPS do Comissionista** – Será anotado obrigatoriamente pelo empregador na CTPS de todos os seus empregados (as) comissionistas o percentual ajustado entre as partes por ocasião do acerto contratual, seguido da expressão + R.S.R. (Repouso Semanal Remunerado).

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO

As empresas anotarão nas **CTPS** dos seus empregados as funções por estes exercidas.

## DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO

**Prazo para Homologação** – Nas rescisões de contrato de trabalho, o empregador fica obrigado a providenciar a homologação, atendendo o **Art. 477, §1º da CLT**, dentro dos prazos legais (Lei 7.855, **Art.477 § 6º**), sob pena de pagar multa estabelecida na citada Lei, ressalvadas as seguintes hipóteses:

**Alínea (a).** Recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;

**Alínea (b).** Assinando, deixar de comparecer ao ato;

**Alínea (c).** Comparecendo, suscitar dúvidas que impeçam a sua realização, hipótese em que a empresa reapresentará os novos cálculos, se for o caso, no dia útil imediato;

**Alínea (d).** Em outros casos, quando comprovadamente não existir culpa da Empresa.

**Parágrafo único** - Em ocorrendo quaisquer motivos apresentados nas alíneas, o Sindicato Profissional, quando for o caso, se compromete a atestar a presença da empresa para

cumprimento do ato, desde que a Empresa apresente documento hábil demonstrando que o empregado foi devidamente notificado do dia, hora e local em que se processaria a homologação.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO

**Homologação da Rescisão** – As empresas enviarão, diretamente para o Sindicato dos Empregados no Comércio de Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, a documentação da homologação de rescisão de contrato de trabalho do empregado com mais de 12 (doze) meses de contrato de trabalho, podendo, todavia, solicitar homologação na SRT, no caso de recusa de homologação por parte do Sindicato, originada de divergência de interpretação ou qualquer outro motivo, revelado ou não, bem como demora advinda de eventuais aumentos de fluxo das atividades do Sindicato relativas a este objetivo.

**Parágrafo Primeiro** – Fica orientado a todas as empresas albergadas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por uma questão de segurança, que as verbas rescisórias devem ser depositadas na conta do empregado demitido.

**Parágrafo Segundo** - No ato da homologação será obrigatório a apresentação, pela empresa, do comprovante de pagamento da Contribuição Sindical Patronal do exercício em vigência.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas se obrigam, por ocasião da rescisão de contrato de seus empregados, a fornecerem uma carta de referência, exceto se o empregado for demitido por justa causa, constando tempo de serviço, funções desempenhadas e salário.

## AVISO PRÉVIO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

**Dispensa do Aviso Prévio** - O empregado (a) fica dispensado do cumprimento do prazo de aviso prévio, recebido ou concedido, desde que obtenha novo emprego, devidamente comprovado.

**Parágrafo Primeiro** - A dispensa do aviso não se aplicará quando o número de pessoas ultrapassarem a 50% (cinquenta por cento) do total de empregados(as) que ocupem a função ou, face a especialização técnica do serviço prestado, a substituição inviabilize o funcionamento do setor.

**Parágrafo Segundo. Da Dispensa do Aviso Prévio** – Caso o empregador se negue a receber e recibar a comunicação de novo emprego, o empregado poderá demonstrar o cumprimento da obrigação em realizar a comunicação através de carta registrada.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL

**Aviso Prévio Especial** – Será concedido Aviso Prévio Especial nas formas abaixo apresentadas:

**Alínea (a).** Empregados(as) com mais 45 anos de idade e mais de cinco e menos de dez anos na mesma empresa - 45 dias de aviso;

**Alínea (b).** Empregados (as) com mais de 45 anos de idade e mais de dez anos na mesma empresa - 55 dias de aviso.

**Parágrafo único** - Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o empregado(a) cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo indenização pelos dias restantes, que não serão computados para efeito de tempo de serviço, 13° salário, férias e outras incidências.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATENDIMENTO SESC/SENAC

**Atendimento SESC/SENAC** – As partes convencionam que os trabalhadores (as) abrangidos por esta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** serão tratados e atendidos com igualdade pelo Sistema SESC/SENAC, não se admitindo tratamento diferenciado em razão da adesão da empresa empregadora ao Sistema Tributário denominado **SIMPLES**.

**Parágrafo Único** - Para assegurar os direitos estabelecidos no "caput" desta cláusula, as empresas optantes pelo **SIMPLES** ficam obrigadas a realizarem os recolhimentos devidos ao Sistema SESC/SENAC.

## ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONFERÊNCIA DOS VALORES EM CAIXA

**Conferência dos Valores em Caixa** - A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do operador responsável e, quando for impedido pelo empregador de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade por eventuais erros verificados

## NORMAS DISCIPLINARES

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESVIO DE FUNÇÃO

**Desvio de Função** - Não será permitida a utilização do empregado(a) para o exercício de atividades distintas das quais tenha sido contratado, excetuando-se quando se tratar de substituição eventual ou de exercício de funções similares.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REVISTA DOS EMPREGADOS (AS)**

**Revista dos Empregados (as)** As empresas que adotam o sistema de revista ao empregado (a), o farão por pessoa do mesmo sexo do revistado, evitando-se eventuais constrangimentos.

#### **ESTABILIDADE MÃE**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

**Estabilidade da Gestante** - Fica garantida a estabilidade da gestante na forma da Lei, sendo orientado que a empresa procure, verificando necessidade de saúde, transferi-la para outro setor.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE**

**Estabilidade da Empregada Gestante** - Fica garantido estabilidade do emprego à empregada gestante desde a concepção até 45 dias após a licença previdenciária.

#### **ESTABILIDADE PORTADORES DOENÇA NÃO PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGADO(A) DOENTE**

**Garantia de Empregado(a) Doente** - Ao empregado(a) afastado do trabalho por motivo de doença, é garantido o emprego por 45 (quarenta e cinco dias), contados a partir da alta médica, quando o afastamento ocorrer por período igual ou superior a 30 (trinta) dias ininterruptos.

**Parágrafo único** - Excetuam-se da garantia expressa no "caput" desta cláusula as hipóteses de justa causa, sendo esta última devidamente assistida pelo Sindicato Profissional.

#### **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PROIBIÇÃO DE DISPENSA DO EMPREGADO(A)**

**Proibição de Dispensa do Empregado(a)** - Fica proibida a dispensa, por qualquer motivo, do empregado(a), salvo culpa do mesmo, nos 18 (dezoito) meses anteriores à implementação dos requisitos para usufruir a modalidade ordinária de aposentadoria do INSS, quer seja por tempo integral ou proporcional de serviço, quer seja por idade.

#### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CHEQUES DEVOLVIDOS**

**Cheques Devolvidos** - Fica proibido descontar da remuneração dos empregados(as), valores de cheques devolvidos por insuficiência de fundos ou irregularidades, exceto nos casos em que não tenham sido obedecidas as normas da empresa.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO ACESSO AOS EMPRÉSTIMOS INCENTIVADOS PELO GOVERNO FEDERAL**

**Do acesso aos empréstimos incentivados pelo Governo Federal** - As partes que pactuam o presente acordo, sejam sindicatos patronais ou laborais, buscarão incentivar às empresa albergadas pelo mesmo a facilitarem e colaborarem com os empregados(as), que desejam tomar empréstimos através das linhas de crédito criadas pelo Governo Federal.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESCONTO DE MERCADORIAS**

**Proibição de Desconto de Mercadorias** - Fica proibido às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho efetuar desconto nos salários de seus empregados em decorrência da existência de mercadorias avariadas ou vencidas, salvo comprovação de culpa ou dolo do empregado.

#### **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADO COMISSIONISTA / ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**Empregado Comissionista / Isenção de Responsabilidade** - O empregado (a) comissionista fica isento de qualquer responsabilidade pelo inadimplemento nas vendas à prazo, não podendo perder as comissões ou ser efetuado o estorno das mesmas, desde que as referidas vendas tenham sido efetuadas no estrito cumprimento das normas da empresa.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATRASO NA ENTRADA**

**Atraso na Entrada** - O empregado(a) terá direito, em seu primeiro turno de trabalho, a uma tolerância por atraso de até 45 minutos em cada mês, entretanto, se o empregado(a), após extrapolar este prazo, chegar atrasado e o empregador permitir sua entrada, não poderá efetuar qualquer desconto relativo ao referido dia, bem como do repouso semanal remunerado e ao feriado correspondente, se existir.

**Parágrafo único** - Se o empregado(a) se utilizar o benefício desta cláusula por 3 (três) meses consecutivos, perderá tal direito.

### **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - OS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO**

**Os cursos de Aperfeiçoamento** - Os cursos de aperfeiçoamento, desde que haja aquiescência do empregado (a), poderão ser realizados fora de seu expediente normal de trabalho, ficando a empresa isenta do pagamento de horas extras.

### **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE FALTA DO COMERCIÁRIO**

**Abono da Falta do Comerciário** - Será abonado a falta da mãe ou do pai comerciário no caso de necessidade de consulta médica à filhos até 12 anos de idade ou inválidos, mediante comprovação médica, devendo, entretanto, ser essa comprovação, caso a empresa disponha de convênio médico para os (as) seus (as) empregados (as), passada pelos médicos por ela credenciados.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO BANCO DE HORAS**

**Do Banco de Horas** – As empresas que desejarem estabelecer o regime de compensação de horas através da criação do Banco de Horas, deverão solicitar negociação específica ao Sindicato Laboral, que deverá ser iniciada no prazo máximo de dez dias após o pedido formal, mediante acompanhamento dos representantes da categoria patronal.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**

**Controle do Horário de Trabalho** - É obrigatória a utilização de livros de ponto ou cartão informatizado para o efetivo controle do horário de trabalho nas empresas com mais de 10 empregados(as), para que se possibilite o real pagamento das horas extraordinárias.

### **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO DO COMMISSIONISTA**

**Repouso Semanal Remunerado do Comissionista** - Os comissionistas terão direito ao Repouso Semanal Remunerado de acordo com os critérios da lei vigente.

### **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**

**Controle do Horário de Trabalho** - É obrigatória a utilização de livros de ponto ou cartão informatizado para o efetivo controle do horário de trabalho nas empresas com mais de 10 empregados(as), para que se possibilite o real pagamento das horas extraordinárias.

### **FALTAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FALTA DO COMMISSIONISTA**

**Falta do Comissionista** - Não poderá ser descontada a falta do empregado(a) comissionista, na parte relativa às comissões, ficando entretanto, facultado o desconto do seu repouso semanal remunerado.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE**

**Abono de Falta do Estudante** – Fica assegurado o abono de falta do empregado(a) estudante, nos períodos de prestação de exames vestibulares ou supletivos oficiais que coincidam com o seu horário de trabalho, desde que

haja comunicação prévia ao empregador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e posterior comprovação em 5 (cinco) dias.

## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DO ESTUDANTE**

**Jornada do Estudante** – Fica vedada a prorrogação do horário de trabalho do empregado(a) estudante ou mudança de turno que venha prejudicar-lhe a frequência nas aulas.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO PAGAMENTO DO PIS**

**Do Pagamento do PIS** - Se a empresa não mantiver convênio que autorize a proceder ao pagamento do PIS, seus empregados(as) terão direito, mediante escala estabelecida pela empresa, a se ausentarem por meio período para o recebimento dos referidos valores, sem prejuízos de seu salário.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FÉRIAS DO EMPREGADO(A) ESTUDANTE**

**Férias do Empregado(a) Estudante** – As empresas facilitarão a seus empregados(as) estudantes para que estes possam gozar suas férias anuais da empresa, em período que coincida com o das férias escolares.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ÁGUA POTÁVEL**

**Água Potável** - Será fornecida aos empregados (as) água potável, em condições de higiene, por meio de copos individuais ou bebedouros de jatos inclinados.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO**

**Assentos no Local de Trabalho** - As empresas manterão assentos para seus empregados (as) em local em que os mesmos possam ser utilizados por aqueles que tenham por atribuição atendimento ao público, em pé, nos termos da **NR 17.3.5**.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PCMSO**

**PCMSO** - Fica acordado que os estabelecimentos comerciais com grau de risco 1 ou 2, com mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinquenta) empregados (as), conforme o Quadro I da Norma Regulamentadora N° 4, estão dispensados de indicar médico coordenador do PCMSO. Estas empresas também estão desobrigadas da realização de exame médico demissional se o empregado (a) tiver sido submetido a qualquer exame médico ocupacional em um período de até 270 (duzentos e setenta) dias anteriores à data de homologação de sua rescisão contratual de trabalho, conforme dispõe os itens 7.3.1.1.1 e 7.4.3.5.1 da Portaria n° 08/96 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e Parecer de profissional em Segurança.

## **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PRIMEIROS SOCORROS**

**Primeiros Socorros** – As empresas manterão à disposição dos empregados (as) Caixa de Primeiros Socorros para pequenas necessidades dos empregados (as).

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES**

**Uniformes** - Quando o uso de uniformes for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecer gratuitamente aos empregados (as) 2 (duas) unidades de roupa de 6 (seis) em 6 (seis) meses, respondendo o empregado (a) pelas reposições em caso de extravio ou mau uso, devidamente comprovado.

**Parágrafo Primeiro.** - Considera-se fardamento adotado pela empresa, tanto as peças exigidas por esta, quanto àquelas que, apenas sugeridas, obedeçam a qualquer critério de padronização.

**Parágrafo Segundo. Uso de sapatos e meias** - Em se tratando de empregadas, quando a empresa exigir determinado tipo de sapatos ou meias, deverá fornecê-los e/ou substituí-los sempre que necessário.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS**

**Atestados Médicos** - Os atestados médicos fornecidos por profissionais do Sindicato dos Empregados(as) signatário, havendo convênio com o **SUS** e ou convênios privados, serão aceitos pela empresa, para todos os fins legais, ressalvado os casos em que esta mantenha Convênio Médico para seus empregados (as) e dependentes, legalmente declarados, quando somente serão aceitos os atestados emitidos pelos médicos por elas credenciados.

## PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ASSIST. JURÍDI E MÉD. HOSP. AOS EMPREG(AS) GUAR. NOT. VIG. E PLANT DE FAR

**Assistência jurídica e Médica Hospitalar aos Empregados(as) Guardas Noturno, Vigias e Plantonistas de Farmácias** - As empresas obrigam-se a prestar assistência jurídica aos seus empregados(as), guardas-noturnos, vigias e plantonistas de farmácias, quando os mesmos, no exercício de suas funções, agindo em defesa dos legítimos interesses e dos direitos dos empregadores, no recinto da empresa, incidirem em prática de atos que os levem a responder ação penal.

**Parágrafo Primeiro** - No caso de o empregado(a) sofrer danos em sua saúde, no exercício de suas funções, defendendo o patrimônio da empresa, terá direito a um auxílio saúde, cuja prestação única, limitada ao montante equivalente ao seu salário mensal não será superior aos gastos efetivamente realizados.

**Parágrafo Segundo** - Ficam dispensadas da obrigação do parágrafo anterior as empresas que tenham assistência médico-hospitalar.

**Parágrafo Terceiro** - Ficam as empresas obrigadas a manter à disposição dos seus empregados(as) caixa de primeiros socorros.

## OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA SAÚDE DO EMPREGADO (A)

**Da Saúde do Empregado (a)** - As partes convenientes buscarão realizar ampla divulgação dos aspectos relevantes a saúde do empregado (a), sempre com o objetivo de demonstrar a necessidade do integral cumprimento da **NR 17** e demais legislação referente a prevenção de doenças laborais.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO

**Assentos no Local de Trabalho** - As empresas manterão assentos para seus empregados (as) em local em que os mesmos possam ser utilizados por aqueles que tenham por atribuição atendimento ao público, em pé, nos termos da **NR 17.3.5**.

## OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - POLUIÇÃO SONORA

**Poluição Sonora** - Fica proibido a utilização nas empresas, de equipamento sonoro ou qualquer outro tipo de perturbação sonora causadora de ruídos ou barulhos acima dos limites estabelecidos pela NR (Norma Regulamentadora) nº 15 da Portaria 3.214 de 1978

## RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS

**Quadro de Avisos** - Fica assegurado pelas empresas a afixação de editais, avisos e notícias sindicais, de responsabilidade da entidade sindical profissional, desde que não contenham matéria política, nem ofensiva a honra dos representantes governamentais e aos dirigentes das empresas e, que sejam de interesse geral dos empregados (as), em seus quadros de avisos.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO DE MENSALIDADES

**Desconto de Mensalidades** - As mensalidades e outras verbas descontadas dos empregados (as) e destinadas ao Sindicato Profissional deverão ser recolhidas até o 7º (sétimo) dia após o desconto, com o preenchimento da relação dos empregados (as) no verso da guia de contribuição, sob pena de multa no valor de 50% da contribuição.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS (AS)

**Contribuição Assistencial dos Empregados (as)** - As empresas se obrigam, salvo oposição do empregado (a), a descontar do salário de janeiro de 2010, de seus empregados (as) que recebam salário fixo e/ou por comissão, sindicalizados ou não, o percentual de 3% (três por cento), limitado o desconto até o teto de R\$ 21,00 (vinte e um reais), devendo referida importância ser recolhida aos cofres do Sindicato dos Empregados dela beneficiado, até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de multa de 2% (dois por cento), sobre o montante a ser recolhido pela empresa a contar do dia imediato após o término do prazo para o recolhimento.



**DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO ASSISTENCIAL**

**Direito de Oposição ao desconto Assistencial** - O empregado (a) que desejar opor-se ao desconto previsto no caput desta cláusula deverá fazê-lo através de carta e remetê-la, via postal e/ou pessoalmente, ao sindicato laboral até o décimo dia antes do referido desconto.

**Parágrafo Único** - Sendo-lhe destinada a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, o sindicato obreiro assume integralmente a responsabilidade por demandas promovidas, em sede judicial ou administrativa, inclusive junto a Ministério Público do Trabalho, no que se refere aos descontos que venham a ser procedidos em estrita obediência ao caput e parágrafo primeiro da presente cláusula.

**DISPOSIÇÕES GERAIS  
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - PENALIDADES**

**Penalidades** - Na hipótese de violação de qualquer cláusula desta Convenção, os que derem diretamente causa à infração, acordantes – empresas ou empregados(as) – comprovada a sua culpa ficam sujeitos a multa equivalente a **UM PISO SALARIAL**, em favor da parte atingida pela violação.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DESCONTO DE MERCADORIAS**

**DESCONTO DE MERCADORIAS** - Fica proibido às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho efetuar desconto nos salários de seus empregados em decorrência da existência de mercadorias avariadas ou vencidas, salvo comprovação de culpa ou dolo do empregado.

**FRANCISCO CARLOS ARRUDA GUERREIRO  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MARACANAU, MARANGUAPE E PACATUBA-SINCOMMAP**

**JOSE CID SOUSA ALVES DO NASCIMENTO  
DIRETOR  
FEDERACAO DO COMERCIO DO ESTADO DO CEARA**

**MANOEL MESSIAS DE LIMA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DO COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS DE MARACANAU - ESTADO DO CEARA**

**CELSONO NOGUEIRA SOBRINHO  
PRESIDENTE  
SIND DO COM VAREJ DE GENEROS ALIMENT DE MARANGUAPE**